

PUBLICIDADE LEGAL

CIAPAR – CIA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

CNPJ/MF Nº 93.024.438/0001-90 NIRE 433.000.120.42
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: Convocamos os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 17 de agosto de 2022, às 16:00 horas, à Rua dos Andradas, 1276, conj. 501, nesta Capital(RS), a fim de deliberarem sobre a ordem do dia contida no artigo 132, da Lei nº 6.404/76, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.
Porto Alegre, 05 de agosto de 2022. Jose Antonio Carchedi – Diretor

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

Fate Pneus do Brasil S.A. Indústria, Comércio, Importação e Exportação
CNPJ 12.357.041/0001-19 - NIRE 433.00052036.
Assembleia Geral Ordinária - Convocação.
Convocamos os acionistas da Fate Pneus do Brasil S.A., Indústria, Comércio, Importação e Exportação, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará às 11h do dia 15 de agosto de 2022, na sede social da Companhia situada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Severo Dullius nº 1.395, 5º andar, Bairro São João, Cep: 90.200-310, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia, a saber: (i) examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e os Relatórios do Auditor Independente relativos aos exercícios sociais encerrados em 31/dezembro/2019, 31/dezembro/2020 e 31/dezembro/2021; (ii) a destinação dos resultados dos exercícios; (iii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e, (iv) definição da remuneração anual global da administração da Companhia. Porto Alegre, RS, 08 de agosto de 2022. Arlindo Paludo - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

Ecore Brasil S.A. CNPJ N.º43.421.955/0001-25 - NIRE 43300067289

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V. Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021, ficando desde já a disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. O relatório, juntamente com parecer do auditor independente encontra-se a disposição dos acionistas na sede da empresa.

Balanco patrimonial Em reais			
	Controladora	Consolidado	
	2021	2021	
Ativo			Controladora Consolidado
			2021 2021
Circulante			
Caixa e Equival. de caixa (Nota 3)	298.871	14.184.780	
Instrumentos financeiros derivativos	-	62.386	
Contas a receber (Nota 4)	-	38.191.652	
Tributos a recuperar	6.704	1.474.017	
Outros ativos	169.008	3.983.398	
Total do ativo circulante	474.583	57.896.233	
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras (Nota 4)	-	30.653.581	
Depósitos judiciais	-	4.241.814	
Imposto de renda e contrib. social dif.	-	4.279.201	
Outros ativos	-	13.014.542	
	-	52.189.138	
Investimentos	10.354.041	-	
Ativos de direito de uso	-	204.640	
Imobilizado (Nota 5)	-	7.795.739	
Intangível (Nota 5)	-	17.600	
Total do ativo não circulante	10.354.041	60.207.117	
Total do ativo	10.828.624	118.103.350	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais						
	Capital social	Reservas de lucros	Reserva Legal	Reserva Tesouraria	Ações em patrimonial - Controladas	Lucros acumulados
	2021	2021	2021	2021	2021	2021
Em 01 de setembro de 2021	420.000	-	-	-	4.002.123	4.422.123
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	15.298.872
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	(9.150.000)
Reservas de lucros	-	6.064.872	84.000	-	(21.000)	(6.148.872)
Ações em tesouraria	-	-	-	-	(21.000)	(21.000)
Ajuste de avaliação patrimonial - hedge	-	-	-	-	(585.080)	(585.080)
Ajuste conversão controlada no exterior	-	-	-	-	831.154	831.154
Em 31 de dezembro de 2021	420.000	6.064.872	84.000	(21.000)	4.248.197	10.796.069

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2021 Em reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais: A Ecore Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com Estatuto e assembleia de constituição datados de 12 de agosto de 2021 e efetivo registro de constituição em 6 de setembro de 2021. A Companhia tem por objeto social a participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades (holding não-financeira). **A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 18 de abril de 2022. 1.1 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com efeitos e somente elas, as quais estão consistentes com as demonstrações financeiras. Nesse sentido não foram identificadas implicações relevantes que impactassem as demonstrações financeiras da Companhia. **2 Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remuneração de instrumentos financeiros derivativos ao seu valor justo. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME). **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME). **2.2 Consolidação: (a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (inclusive entidades de propósito específico) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser controladas pela Companhia. **(b) Moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Operações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas na moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, pelas taxas de câmbio do final do exercício e são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica de receitas e despesas financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas e despesas, líquidos". **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até doze meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.5 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge:** Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos ("derivativos") são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são mensurados ao seu valor justo a cada data de balanço. O método para reconhecer o ganho ou a perda na demonstração financeira depende do fato de o derivativo ser ou não designado como um instrumento de hedge. Nesse caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido. A Companhia utiliza contratos de venda e compra a termo de moedas - NDF (*Non Deliverable Forward*) e contratos de opções para limitar sua exposição ao risco cambial nas operações de venda e compra em moeda estrangeira. Esses derivativos são designados como *hedge* - ou seja, protegem contra o risco cambial associado a operações de venda, bem como de compra realizadas e previstas como altamente prováveis. No início da operação, a Companhia designa e documenta as relações de *hedge*, de forma que os objetivos da gestão de riscos, os itens protegidos por *hedge* e os instrumentos de *hedge* sejam claramente identificáveis e que o risco inerente ao item em questão seja, de fato, o risco protegido pelo instrumento de *hedge*. A contabilização do *hedge* aplica-se apenas quando a Companhia espera que o instrumento financeiro derivativo seja altamente eficaz na compensação do risco cambial associado ao item protegido. O valor justo de um derivativo de *hedge* é classificado, na data do balanço, como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* é superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* é de 12 meses ou menos. As transações de *hedge* de transações previstas (*hedge forecast*) em moeda estrangeira ocorreram em diversas datas durante os últimos 12 meses. Os ganhos e perdas são transferidos para a demonstração do resultado no período em que a transação prevista protegida por *hedge* se realizar. Os valores registrados no patrimônio líquido como "Ajuste de avaliação patrimonial" são reclassificados para a de-

monstração do resultado do exercício no período em que ocorre a venda e são registrados na conta "Operações de Derivativos - ativa ou passiva, na rubrica de receitas e despesas financeiras. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação e menos a provisão para créditos de realização duvidosa. A provisão para créditos de realização duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.7 Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer provisão para perda por valor não recuperável de ativo acumulado.** O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração excluindo custos de financiamentos. As estimativas de vidas úteis estão demonstradas conforme segue: - Móveis e utensílios - 10 anos; Máquinas e equipamentos - 5 anos; Resíduos, a vida útil ou os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos/perdas", líquidos na demonstração do resultado. **2.8 Ativos intangíveis:** Licenças de *software* são demonstradas pelo custo histórico menos amortização. Todos os ativos intangíveis são considerados como tendo uma vida útil definida. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças como segue: - *Software* - 5 anos. As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e preparar os *softwares* para sua utilização. **2.9 Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros, exceto estoques, impostos diferidos e os ativos avaliados a valor justo são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver início de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor que seria comparado com o valor contábil residual. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido reduzidos ao valor recuperável, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. **2.10 Empréstimos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponda ao valor devido. Os juros são registrados em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.11 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. **2.12 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tenha uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos custos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. **2.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de licenças e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **(a) Tipo de receita - Prestação de serviços mercados interno e externo:** A Companhia presta serviços de análise e desenvolvimento de sistemas, assessoria, consultoria e treinamento em informática, suporte técnico em informática, inclusive, instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados, planejamento e manutenção, reconhecidas a partir da prestação dos serviços aos clientes. **(b) Tipo de receita 2 - Venda de licenças mercado interno:** Venda de licenças padronizadas com produção e comercialização em massa e sem diferenciação de versões ou funções, reconhecidas na entrega das licenças ao cliente. **(c) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. **2.14 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido. O imposto de renda é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionada a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro ou créditos fiscais não utilizados anteriormente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas de imposto e leis fiscais em vigor, ou substancialmente promulgadas, na data-base das demonstrações financeiras. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é avaliado anualmente e uma provisão para desvalorização é registrada quando o valor contábil não pode ser recuperado com base no lucro tributável, presente ou futuro. **2.15 Arrendamentos:** A Companhia aluga salas comerciais para a sua área administrativa, comercial e operacional. Em geral os contratos são realizados em períodos de 36 meses para as salas comerciais da filial de São Paulo/SP, e os demais possuem renovação automática, com prazo médio de cancelamento de 90 dias. Os arrendamentos efetuados pela Companhia na figura de arrendatária, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador), são reconhecidos na demonstração do resultado pelo

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais, exceto quando indicado de outra forma			
	Controladora	Consolidado	
	2021	2021	
Rec. de vendas de prod. e serv. (Nota 9)	-	100.936.612	
Custo das vendas de prod. e serviços	-	(61.661.082)	
Lucro bruto	-	39.275.530	
Despesas gerais e administrativas	(26.240)	(17.750.207)	
Equivalência patrimonial	15.380.504	131.795	
Outras receitas e despesas, líquidos	-	(11.107)	
Lucro operacional	15.354.264	21.646.011	
Receitas financeiras	-	3.388.662	
Despesas financeiras	(18.787)	(653.073)	
Resultado financeiro, líquido	(18.382)	2.735.589	
Lucro antes do IR e da CS	15.355.882	24.381.601	
Imposto de renda e CS	-	-	
Correntes	(37.011)	(11.423.610)	
Diferidos	-	2.340.880	
Lucro líquido do exercício	15.298.871	15.298.871	
Lucro liq. por ação - básico e dil. (R\$)	-	3,64	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são ativos no início do arrendamento, pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada entre o passivo e os encargos financeiros pelo método de taxa efetiva de juros. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado pelo menor período entre a vida útil do ativo e o prazo estabelecido para arrendamento. Maiores detalhes na Nota 12. **2.16 Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles. **2.17 Ajuste de avaliação patrimonial:** O saldo corresponde ao ganho/perda na conversão da equivalência patrimonial do investimento referente à participação indireta nas empresas Ecore IT Solutions, LLC e Ecore Soluções em TI S. de R.L. de C.V. que por sua vez consolidam na controlada Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda. **2.18 Receita diferida:** A receita diferida representa a obrigação da Empresa perante os clientes, referente a serviços que ainda não prestou. Tal obrigação é registrada no passivo e a apropriação no resultado é realizada à medida que os serviços são prestados ao cliente. **2.19 Plano de Outorga baseado em opções de ações:** Em 30 de agosto de 2021, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada nessa data, a Companhia aprovou a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, que tem como objetivo a outorga de opções de compra do total de 210.000 (duzentos e dez mil) ações preferências nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, de emissão da Companhia, a determinados diretores, em um período de 4 (quatro) anos contados a partir da aprovação da criação do capital autorizado para fins do Plano, também aprovado nessa mesma AGE. O total de opções de ações concedidas em 2021 foi de 5.800 (cinco mil, oitocentas e oitenta) equivalente a 0,14% do capital social da Companhia. **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas a seguir. **(a) Realização do imposto de renda diferido ativo:** A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido ativo relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando igualmente as diferenças temporárias tributáveis existentes. **(b) Receita diferida:** A receita diferida é reconhecida quando os serviços são entregues e o cálculo leva em consideração o apontamento das horas trabalhadas de cada funcionário. **(c) Provisão de IRRF na importação de licenças:** Conforme linear concedida em 14 de setembro de 2020, foi suspensa a exigibilidade (art. 151, V, do CTN) do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), na alíquota de 15% (quinze por cento) prevista no art. 767 do RIR/2018, sobre os pagamentos remetidos para a empresa Alllassian, estabelecida no exterior, a título de contraprestação pela aquisição dos softwares fornecidos pela empresa. Com essa liminar não foi recolhido IRRF na importação de licenças a partir da data mencionada acima, sendo esses valores provisionados no passivo até o trânsito em julgado. **4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: (a) Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Ativo Circulante	-	-
Caixa	-	8.447
Bancos conta corrente	-	6.083.115
Aplicações financeiras	298.871	4.093.218
Total	298.871	14.184.780

As aplicações financeiras incluem investimentos de curto prazo de liquidez imediata e os saldos diários, que permanecem em conta corrente, são aplicados em fundos de movimentação diária e automática, e apresentam remuneração de 5% da taxa SELIC. **(b) Aplicações financeiras**

	2021	2021
Não Circulante	-	-
Aplicações financeiras	-	30.653.581
Total	-	30.653.581

As aplicações financeiras incluem investimentos de médio e longo prazo, que apresentam remuneração média de IPCA+2,51% em 2021. **5 Instrumentos financeiros**

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Ativos financeiros	-	-
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado menos provisão para perdas (Notas 4 e 7)	298.871	83.030.013
Deriv. usados p/ hedge mensurados pelo valor justo (Nota 6)	-	62.386
Total	298.871	83.092.399

Empresas

	Set/2021	4.302.123
Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda.	(7.224.926)	10.616.533 (198.833)
MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda.	(2.270.902)	4.763.971
Total	(9.495.828)	15.380.504 (198.833)

Segue abaixo a participação da Companhia nos resultados das controladas:

Nome	País	Ativo	Passivo+ patrimônio líquido	Receita	Lucro líquido	Percentual de participação no capital votante e total
Ecore Soluções em Tecnologia da Informação Ltda. (i)	Brasil	92.873.605	92.873.605	75.254.114	10.616.533	100%
MLV Produtos e Serviços em Tecnologia da Informação Ltda. (i)Brasil	(i)Brasil	16.499.882	16.499.882	27.759.409	4.763.971	100%

(i) Serviços relacionados a soluções em tecnologia da informação. **12 Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento: (i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Ativos de direito de uso	-	-
Edificações	-	204.640
Passivos de arrendamentos	-	204.640
Circulante	-	278.752
Não circulante	-	-
Total	-	278.752

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso (incluindo em custos e despesas - encargo total de depreciação)	-	442.106
Edificações	-	442.106
Despesas com juros (incluídas nas despesas financeiras - Nota 26)	-	32.819

(iii) Movimentação

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Passivos de arrendamento	-	-
Ativos de direito de uso	-	-
Saldo em 1º de setembro	-	353.107
(+) Reclassificação CPC 06 (R2)	-	0
(+/-) Ajuste de Remensuração	-	(22.388)
(-) Depreciação	-	(126.081)
Saldo em 31 de dezembro	-	204.640

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em reais		
	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Atividades operacionais		
Lucro do exercício	15.298.871	15.298.871
Ajustes por:		
Ajuste de conversão patrimonial	-	831.154
Depreciações e amortizações	-	657.338
Equivalência patrimonial	(15.380.504)	(131.855)
Instrumentos financeiros	-	1.119.945
Variações cambiais, líquidas	-	96.011
Red. (Aumento) nas contas a receber	-	(13.032.924)
Red. (Aum.) em tributos a recuperar	(6.704)	(3.571.820)
Red. (Aum.) de Aplic. Financeiras LP	-	(1.502.250)
Redução (Aumento) de outros ativos	29.825	538.091
Aum. (Red.) nos impostos a recolher	32.555	11.639.183
Aum. (Red.) nas obrig. sociais e trab.	-	11.305.947
Aum. (Redução) nos fornecedores	-	3.566.657
Aumento (Redução) em provisões	-	(2.069.429)
Aum. (Red.) em adiant. de clientes	-	(3.804.900)
Aume. (Red.) nos outros passivos	-	3.762.701
Caixa gerado nas operações	(25.957)	24.692.720
Imposto de renda e CS pagos	-	(8.700.272)
Caixa liq. prove. das ativ. operac.	(25.957)	15.992.448
Atividades de investimento		
Aquisições de ativo imobilizado	-	(1.295.112)
Ações em tesouraria	(21.000)	(21.000)
Caixa liq. aplic. nas ativ. de invest.	(21.000)	(1.316.112)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos	(9.150.000)	(30.335.078)
Recebimento de dividendos	9.495.828	-
Pagamento de Arrendamentos	-	(257.885)
Caixa liq. aplic. nas ativ. de financ.	345.828	(30.592.963)
Aum. liq. de caixa e equiv. de caixa	<	

CONTINUAÇÃO >>>		Ecore Brasil S.A. CNPJ N.ºxx.xxx.xxx/000x-xx - NIRE xxxxxxxxxxxx		Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
14 Fornecedores					
	Controladora	Consolidado			
	2021	2021			
Fornecedores - Mercado interno	-	1.461.986			
Fornecedores - Mercado externo	-	7.865.392			
Cartões de crédito a pagar	-	371.773			
Total	-	9.699.151			
15 Impostos a pagar					
	Controladora	Consolidado			
	2021	2021			
COFINS a Pagar	15.116	327.354			
CSLL a Pagar	13.879	1.354.404			
CSRF a Pagar	209	11.653			
IRPJ a Pagar	-	3.412.449			
IRRF a Pagar	68	2.216.605			
ISSQN a Pagar	-	236.185			
PIS a Pagar	3.283	70.070			
Parcelamento de impostos	-	206.213			
Imp. a recolher de control. no exterior	-	444.489			
Total	32.555	8.279.822			
16 Obrigações sociais e trabalhistas					
	Controladora	Consolidado			
	2021	2021			
Salários a pagar	-	2.577.240			
Pro-labore a pagar	-	50.743			
Rescisões a pagar	-	24.541			
Pensão alimentícia a pagar	-	1.845			
INSS a pagar	-	1.265.578			
FGTS a pagar	-	603.095			
Provisão de férias	-	7.364.322			
Outras contribuições a pagar	-	30			
PLR	-	10.298.839			
Encargos sociais de controladas no exterior	-	303.195			
Total	-	22.489.428			
17 Provisões					
	Controladora	Consolidado			
	2021	2021			
Provisão IRRF	-	1.969.173			
Outras provisões (i)	-	1.426.597			
	-	3.395.770			
(i) Valores referentes a provisões de competência de dezembro de 2021. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de natureza trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir.					
	Consolidado	2021			
Trabalhistas	-	326.000			
Total	-	326.000			
18 Outros passivos					
	Controladora	Consolidado			
	2021	2021			
Impostos em disputa judicial (i)	-	4.131.133			
Parcelamento de impostos	-	283.575			
Total	-	4.414.708			
Circulante	-	0			
Não circulante	-	4.414.708			
(i) Impostos em disputa judicial relacionados a medidas judiciais					

Aos Administradores e Acionistas Ecore Brasil S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Ecore Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Ecore Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecore Brasil S.A. e da Ecore Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas". **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

tomadas pela Companhia contra a Solução de Divergência Cosit nº 18/17 que reformou entendimento proferido anteriormente pela Solução de Divergência Cosit nº 27/08 quanto a incidência do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre remessas ao exterior envolvendo licença de direitos de comercialização de software sob a modalidade de "software de prateleira". Depósitos judiciais realizados, conforme Nota 9. **19 Dividendos:** Os acionistas têm direito de receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido ajustado, conforme definido em estatuto.

20 Adiantamento de clientes

Adiantamento de clientes
Circulante
Não circulante
Adiantamento de cliente, recebido mediante negociação de condições de preços e ressarcimento para operação de proteção da variação cambial para renovação de contrato para prestação de serviços para o período de 4 anos - julho/2021 a junho/2025. **21 Receita diferida**

Receita diferida
Total

22 Patrimônio líquido: (a) Capital social

Ecore Brasil S/A
Total
Ações em tesouraria

(b) Reservas de lucros: A reserva de lucros é constituída para a destinação de lucros não absorvidos pela reserva legal. Em 2021 foram destinados para a reserva a quantia de R\$ 6.064.72, totalizando o saldo deste valor. É destinada a manutenção do capital de giro próprio. **(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída atualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. A Companhia destinou, em dezembro de 2021 a reserva legal o montante de R\$ 84.000,00, que corresponde a 20% do capital social, conforme o

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

toria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em

nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 18 de abril de 2022
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Marcelo de Souza Prado Nicolau
Contador CRC 1SP255758/O-9

MÁRCIO GIOVANI DA SILVEIRA - Diretor Presidente
FERNANDA ESTEVES - Diretora
MÁRCIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Contadora - CRC RS 075501/O-2 - CPF 430.140.460-00

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

PUBLICIDADE LEGAL

FORTIZA – HOLDING S.A. CNPJ 24.310.629/0001-04 - NIRE 43 3 0005929 4

Ata da Assembleia Geral Ordinária. I - Hora, Data e Local: 27 de julho de 2022, às 15h00min, de forma online, sede e foro na cidade de Porto Alegre/RS na Rua Felicíssimo de Azevedo, nº 924, Bairro São João, CEP 90.540-110. **II - Presenças:** Representando a totalidade do capital social votante, os acionistas: Júlio Fortini de Souza, Ana Lúcia Fortini Duvelius, Júlio Fortini de Souza sócio administrador e representante legal da Acionista Sortini- Empreendimentos e Participações - EIRELI, Ana Lúcia Fortini Duvelius sócia administradora e representante legal da Acionista Fortilius-Participações Ltda. **III - Mesa Diretora:** Presidente: Júlio Fortini de Souza, Secretário: Ana Lúcia Fortini Duvelius. **IV - Ordem do dia:** Esta Assembleia Geral Ordinária foi convocada para deliberar sobre as contas da atual diretoria, sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas relativamente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, destinação dos lucros e distribuição de dividendos. **V - Deliberações Unâni-**mes: Na sequência, o Secretário realizou a leitura do Relatório da Diretoria e das Demonstrações Financeiras apresentadas, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os administradores prestaram conta, demonstrando os efeitos patrimoniais dos atos praticados no ano de 2021 registrados na escrituração mercantil, com base na qual foram elaboradas as demonstrações contábeis. Foi demonstrado a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021 de R\$ 26.711.318,72: sendo destinado para reserva legal R\$ 271.478,14, para reserva para Investimento e Capital de Giro R\$ 25.639.840,58 e, distribuídos a títulos de lucros para acionista Fortilius Participações Ltda em 31/12/2021 R\$ 400.000,00 e, distribuído a título de lucros para Sortini Empreendimentos e Participações Eireli em 31/12/2021 R\$ 400.000,00. Logo após foram os referidos documentos postos em votação e aprovados por unanimidade. **VI - Encerramento:** Em razão de não haver mais qualquer outro assunto de interesse social a tratar, foram encerrados os trabalhos. Após a leitura, a presente Ata foi aprovada. **VII - Assinaturas:** Júlio Fortini de Souza, Ana Lúcia Fortini Duvelius. **VIII - Registro:** JUCISRS. Certifico Registro em: 03/08/2022 sob o nº 8379327, protocolo nº 222809168 de 01/08/2022. Empresa: 43300059294 Fortiza - Holding S.A. Assinada Digitalmente por José Tadeu Jacoby - Secretário Geral.

Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ agencias@jornaldocomercio.com.br

✉ comercial@jornaldocomercio.com.br

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC